

Título: Senado aprova "jabutis" bilionários nas contas de luz em votação-relâmpago

Veículo: CNN

Data: 15/jul/2026



Senado aprova "jabutis" bilionários nas contas de luz em votação-relâmpago

Fora da pauta de comissão, projeto tratava de descontos tarifários para atividades de irrigação e aquicultura, mas incluiu contratação obrigatória de térmicas e PCHs

Daniel Rittner e Robson Rodrigues, da CNN Brasil, Brasília e São Paulo

15/07/26 às 19:22 | Atualizado 16/07/26 às 16:20



Poste de energia elétrica em São Paulo • Rovena Rosa/Agência Brasil

Em votação-relâmpago, que durou menos de oito minutos e estava fora da pauta, a Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou um projeto de lei com "jabutis" que podem ter novos custos bilionários para os consumidores de energia.

O PL 5.017, de 2019, tratava originalmente de descontos especiais nas tarifas de eletricidade para as atividades de irrigação e aquicultura, bem como para poços semiartesianos de água para abastecimento humano.

O texto, porém, foi desfigurado e acabou sendo aprovado nesta terça-feira (14) sem nenhum debate na comissão -- a sessão havia sido interrompida por falta de luz e, quando voltou, o plenário estava praticamente vazio.

Designado para a relatoria do projeto horas antes, o senador Hermes Klann (PL-SC) incluiu artigos que determinam a contratação compulsória de 2.500 MW (megawatts) em usinas termelétricas a gás natural e de 4.900 MW em PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), além de promover alterações em mecanismos de custeio do setor.

"Tão preocupante quanto o conteúdo foi o procedimento adotado, com a substituição da relatoria, a apresentação de um novo relatório com dezenas de páginas e a aprovação simbólica na mesma sessão do mesmo dia", afirmou o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales.

"Esse procedimento torna humanamente impossível a análise técnica do texto pelos parlamentares, pelos órgãos governamentais e pela sociedade", acrescentou.

A aprovação não tem caráter terminativo e o projeto ainda precisa ser deliberado no plenário do Senado. Klann é suplente do senador Jorge Seif (PL-SC), que tirou licença.

Entidades do setor elétrico ainda estão fazendo cálculos, mas estimam um impacto na casa das dezenas de bilhões de reais, levando em consideração que os contratos previstos são de 30 anos de duração.

Um artigo obriga a contratação, até o primeiro trimestre de 2027, de térmicas inflexíveis a gás natural. A entrega da energia começaria em julho de 2032.

Seriam cinco blocos de 500 MW: em Goiás, no Distrito Federal ou entorno, em Rondônia, no Triângulo Mineiro e na região metropolitana de São Luís (MA).

O artigo sobre PCHs exige contratação quase imediata, no terceiro trimestre de 2026, mediante procedimento simplificado (chamada pública) e visando empreendimentos que já possuem licença ambiental prévia.

Seriam quatro etapas para início de suprimento: 2 mil MW no segundo semestre de 2032, 1 mil MW no segundo semestre de 2033, 1 mil MW no segundo semestre de 2034 e 900 MW no segundo semestre de 2035.

O Centro-Oeste ficaria com 3 mil MW. As regiões Sul e Sudeste teriam 1,5 mil MW. E outros 400 MW seriam alocados para as regiões Norte e Nordeste.

"Considerando a relevância estratégica da matéria para a infraestrutura energética nacional e a necessidade de ampliar seu escopo para atender demandas estruturais do setor elétrico, em especial a expansão da geração na Região Norte, a utilização do potencial hidrelétrico de usinas de menor porte, a segurança energética e os compromissos associados à desestatização da Eletrobras, foi elaborado substitutivo que preserva e expande o objeto original da proposição", argumentou o senador Klann no relatório.

Outro artigo autoriza "em caráter excepcional e restrito" que agentes ou ex-agentes do setor elétrico amparados por liminares judiciais suspensas ou revogadas entre 2023 e 2025, e hoje inadimplentes no mercado de curto prazo em razão do risco hidrológico, ingressem em um novo "mecanismo concorrencial" para regularizar sua situação. Para isso, teriam que renunciar às ações na Justiça.

O Instituto Arayara, que atua em pautas de defesa climática e transição energética, também criticou o avanço do projeto.

"A proposta recupera a lógica das chamadas 'térmicas com CEP', adotada na Lei de Privatização da Eletrobras. Nesse modelo, o Congresso escolhe previamente o combustível, a potência e o endereço das usinas, inclusive em regiões que ainda não possuem infraestrutura adequada de transporte de gás", afirmou o instituto.

"No texto aprovado pela CI, a contratação obrigatória das termelétricas precede a demonstração de que exista oferta de gás e infraestrutura economicamente viável para atendê-las. Em vez de os gasodutos serem construídos para responder a uma demanda comprovada, a lei cria consumidores cativos durante décadas e transfere ao planejamento e à sociedade a responsabilidade por viabilizar o abastecimento."

